

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No regime de metas para a inflação, adotado pelo País desde 1999, o Banco Central orienta suas decisões de acordo com os valores que projeta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária e com base na análise de cenários alternativos para a evolução das principais variáveis que determinam a dinâmica dos preços. Embora outras ações de política macroeconômica possam influenciar a trajetória dos preços, cabe especificamente à política monetária manter-se especialmente vigilante, para garantir que pressões detectadas em horizontes mais curtos não se propaguem para horizontes mais longos. Coerente com essa postura, o Banco Central iniciou, ainda no segundo trimestre de 2013, ciclo de aperto monetário que alcançou 450 pontos base até o final de 2014. Essa postura de política monetária continuou em 2015, totalizando 700 pontos base (p.b.).

A evidência internacional, no que é ratificada pela experiência brasileira, indica que taxas de inflação elevadas geram distorções que levam a aumento dos riscos e deprimem os investimentos. Essas distorções se manifestam, por exemplo, no encurtamento dos horizontes de planejamento das famílias, empresas e governos, bem como na deterioração da confiança de empresários. Taxas de inflação elevadas subtraem o poder de compra de salários e de transferências, com repercussões negativas sobre a confiança e o consumo das famílias. Por conseguinte, taxas de inflação elevadas reduzem o potencial de crescimento da economia, bem como o de geração de empregos e de renda.

Em 2015, a taxa de inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 10,67%, ultrapassando, assim, o limite superior do intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais (p.p.) acima da meta de 4,5% ao ano (a.a.), estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução nº 4.237, de 28 de junho de 2013.

O processo de recuperação da economia global manteve-se heterogêneo no ano de 2015. A atividade econômica seguiu em expansão, embora com menor dinamismo, nos Estados Unidos, Reino Unido e na Área do Euro, contrastando com o processo recessivo observado no Japão. O ritmo de expansão econômica da China mostrou acomodação, mas em patamar significativamente superior à média da economia mundial, e o crescimento da maior parte das demais economias emergentes manteve-se em patamar inferior ao esperado. A despeito dessa heterogeneidade, a atividade econômica global mostrou moderação em 2015.

No Brasil, o PIB retraiu 1,7% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A análise sob a ótica da oferta revela variações respectivas de -2,4%, -1,3% e -1,0% na agropecuária, na indústria e no setor de serviços. O desempenho do setor industrial repercutiu, em especial, as retrações de 3,1% na indústria de transformação e de 0,5% na construção civil. Sob a ótica da demanda, destacou-se a redução de 4,0% na formação bruta de capital fixo (FBCF), resultado compatível com o impacto da crise de confiança observada no país sobre decisões de investimento. O consumo governamental avançou 0,3% e o das famílias recuou 1,5% (terceira retração trimestral consecutiva). As exportações e as importações decresceram 1,8% e 6,9%, respectivamente, no trimestre.

Nesse contexto, as operações de crédito mantiveram tendência de desaceleração ao longo de 2015. Esse comportamento repercutiu elevações das taxas de juros e o cenário de retração da atividade econômica e deterioração tanto dos indicadores de confiança quanto de emprego e renda. A perda de dinamismo no mercado de crédito foi mitigada parcialmente pelo desempenho das carteiras com recursos direcionados, em particular nas modalidades financiamentos

imobiliários e rurais.

O risco de liquidez de curto prazo permaneceu em nível confortável para o SFN em todo período do quadriênio, apesar do cenário de maior estresse de mercado, com volatilidade nas taxas de juros e câmbio, que pressionou a necessidade de liquidez dos bancos. Nos primeiros anos do período, ocorre pressão por aumento da rentabilidade com operações de crédito em detrimento da manutenção de ativos de alta liquidez, com leve aumento do risco de liquidez. Em 2015, em face à retração da atividade econômica, retorna-se a preferência por ativos mais líquidos com consequente redução desse risco. Por sua vez, o risco de liquidez estrutural também continuou baixo e as operações de longo prazo foram suportadas em todo período por fontes de recursos estáveis.

Quanto ao risco de crédito, o expressivo crescimento do crédito em 2012 e 2013 iniciou um processo de reversão em 2014. Tal movimento intensificou-se em 2015, ano em que o desaquecimento econômico, o aumento das taxas de juros, as condições menos favoráveis no nível de emprego e a redução da confiança dos consumidores e dos empresários influenciaram a redução da demanda por crédito e a adoção de critérios de concessão mais conservadores pelas instituições financeiras. Mesmo nesse ambiente, a inadimplência não apresentou aumento significativo, contida parcialmente por cessões e renegociações. Por sua vez, o montante de provisões continua superior à inadimplência, o que evidencia a resiliência do sistema de crédito ante o cenário acima descrito.

A rentabilidade do sistema bancário apresentou alta consistente desde 2012, influenciada por maiores margens de intermediação, com destaque para ajustes nas taxas de concessão e para resultados com tesouraria. As despesas com provisões caíram seguindo a migração das carteiras de crédito para operações de menor risco e rentabilidade, porém a tendência de queda nas provisões se inverteu em 2015 impactando as margens líquidas. Os bancos direcionaram esforços para ganhos de eficiência e buscaram fontes diversas de receita, com incremento de rendas advindas do segmento de seguros, meios de pagamento e ampliação de outros resultados de participação societária, mantendo a rentabilidade em 2015 mesmo em ambiente adverso.

A solvência do sistema bancário se mostrou em patamar elevado durante o período e continua em situação confortável. Em outubro de 2013 foi introduzido o arcabouço regulatório de Basileia III no Brasil. Desde então, os processos de retenção de resultados e emissão de novos instrumentos pelas instituições financeiras têm sido suficientes para fazer frente ao cronograma de implementação e à expansão da base de ativos ponderados pelo risco, mantendo os índices regulamentares estáveis e em patamares elevados. Com os níveis atuais de capitalização, a maior parte das instituições se encontra apta a cumprir os requerimentos de capital previstos em Basileia III para 2019.

A redução da atividade econômica mundial entre 2012 e 2015 teve consequências negativas para o crescimento econômico brasileiro, diminuindo a receita primária pública em proporção ao PIB. Neste período, o Governo Federal implementou diversas políticas anticíclicas, como desonerações tributárias, expansão do crédito para programas de investimentos, entre outras, que, combinadas com a manutenção da rede de proteção social, visavam estimular a economia e reduzir a desigualdade, evitando o aprofundamento da desaceleração do crescimento econômico e diminuindo seus efeitos sobre as classes mais pobres.

Como resultado da menor arrecadação e da manutenção das despesas públicas, no período de 2012 a 2015, o Resultado Primário do Setor Público apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, passou do superávit de R\$ 105,0 bilhões em 2012 para o déficit de R\$ 111,2 bilhões em 2015. Movimento parecido foi observado no Resultado Primário do Governo Central, apurado pelo Tesouro Nacional, pelo método acima-da-linha: em 2012, houve um superávit de R\$ 88,3 bilhões, que diminuiu até registrar um déficit de R\$ 115,0 bilhões em 2015.

A Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ R\$ 2.038,5 bilhões em 2012 para R\$ 2.817,40 bilhões em 2015, correspondendo a um aumento, em termos nominais, de R\$ 778,90 bilhões. Considerando o objetivo e as diretrizes da gestão do endividamento público, o Tesouro Nacional anualmente formula sua estratégia de financiamento, incorporando diferentes possibilidades de emissão, desenvolvidas a partir da análise de cenários alternativos, o que conduz ao estabelecimento de limites superiores e inferiores para os principais indicadores da Dívida Pública Federal - DPF. Entretanto, particularmente em 2015, o Tesouro Nacional necessitou reavaliar essa

premissa de seu planejamento estratégico de curto prazo para a DPF.

Cabe destacar que as diretrizes gerais da administração da Dívida Pública Federal continuaram a nortear as ações do Tesouro Nacional. Nesse sentido, a instituição manteve sua estratégia de longo prazo de aumentar a participação das dívidas prefixada e remunerada por índices de preços, bem como de reduzir a parcela indexada à taxa Selic, observando sempre as condições de mercado em cada momento. Além disso, a gestão da dívida continuou a buscar o alongamento do prazo médio e a diminuição da parcela que vence em 12 meses.

A Dívida Líquida do Setor Público passou de 34,5% do PIB em dezembro de 2011 para 36,0% do PIB em dezembro de 2015. Não obstante a redução do Resultado Primário, a Dívida Líquida do Setor Público subiu apenas 1,5 pontos percentuais entre o início de 2012 e o final de 2015.

Por fim, a proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2015 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 45,75 bilhões. Os recebimentos de R\$ 41,50 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 4,26 bilhões (-9,30%) em relação ao volume orçado, se deve aos menores recebimentos verificados nos programas Lei nº 8.727/93, Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e royalties do Estado do Mato Grosso do Sul.

Metas 2012-2015

• **Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

Análise Situacional da Meta

O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, até 31/12/2015, foi de R\$ 116,7 bilhões para o Governo Central. Esse resultado está em linha com as diretrizes emanadas da LDO 2015, (Lei nº 13.080, de 02/01/2015, alterada pela Lei nº 13.199, de 03/12/2015) considerando a possibilidade de abatimento e a de compensação entre as metas do Governo Central, das Estatais Federais e dos Governos Regionais, conforme estabelece o seu art. 2º.

Já o resultado do Governo Central pelo método acima-da-linha, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional apresentou, até 31/12/2015, o déficit de R\$ 115,0 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

-116,7

Data de Referência

31/01/2016

• **Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global**

Análise Situacional da Meta

O Brasil vem aumentando progressivamente a sua participação acionária no Grupo Banco Mundial como forma de refletir a sua participação relativa na economia mundial. Apesar disso, há um hiato entre a formalização desses compromissos e a efetiva integralização de capital, o que se reflete de forma negativa em termos do poder de voto do Brasil nessas instituições financeiras multilaterais, pelo menos até que o capital comprometido seja totalmente integralizado.

Para o cálculo desses indicadores, utilizou-se como base de comparação (i) a participação acionária corrente do Brasil (quotas subscritas) e (ii) a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial (50% PPP: 50% Preços de Mercado), a partir de dados da base World Economic Outlook Database October 2015, do FMI .

No que se refere ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o Brasil encerrou o ano de 2015 com participação acionária de 1,98%. Considerando a posição do Brasil na economia mundial, pela média do período 2010-2015, de 3,08%, obtém-se a porcentagem de 64,31% para o indicador “Quota do Brasil no Banco

Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)”.

Esse número representa um aumento de 10,98% em relação ao captado em 31/12/2014, conforme o quadro abaixo:

OBS. Quadro em anexo.

O aumento da representatividade – ou diminuição da subrepresentação – do Brasil junto ao BIRD decorre em grande medida da integralização, em 17 de março de 2015, de 7.941 das 8.314 ações que foram alocadas ao Brasil pelo Aumento Seletivo de Capital 2010 (2010 IBRD SCI), descontada dos efeitos da maior ou menor integralização de capital por outros membros, assim como à flutuação da participação relativa do Brasil na economia mundial.

Para alcançar os 2,23% de poder de voto a que tem direito, o Brasil deverá ainda integralizar 11.293 ações referentes ao Aumento Geral de Capital 2010 (2010 IBRD GCI) e 358 ações restantes do SCI, até 16 de março de 2016, no valor total de US\$ 84.331.103,10.

No âmbito da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), cabe notar que o Brasil tem compromissos vencidos em anos anteriores e a vencer em 2016, da ordem de aproximadamente R\$ 113 milhões. Esses valores referem-se ao pagamento de contribuições – i.e. resgate de Notas Promissórias emitidas – referentes às 15ª, 16ª e 17ª recomposições, além da recomposição referente à Multilateral Debt Relief Initiative - MDRI.

A situação de inadimplência do Brasil poderá acarretar (i) cobrança adicional ao valor devido pelo País (para que seja mantido o valor presente da contribuição negociada com a AID) ou (ii) redução do poder de voto do Brasil na AID; e (iii) provável impacto negativo sobre o poder de voto do País no BIRD por conta das prováveis implicações da reforma de governança em curso. A respeito desta, as discussões sobre a adoção de uma fórmula de participação acionária (tal como a fórmula de quotas do FMI) têm se concentrado sobre dois componentes: o peso relativo dos países na economia mundial e o tamanho de sua contribuição para a AID. Dessa maneira, a manutenção dos compromissos brasileiros junto à AID e seu efetivo pagamento torná-se-ão fundamentais para a definição do poder de voto e influência do País no BIRD.

No caso do FMI, quando se compara com o ano de 2010, é verificada uma melhora da Quota do Brasil no FMI (indicador 842) – o índice de referência de 2010 era 53,06% e a medição em dezembro de 2015 foi de 55,54%. A redução no desalinhamento da participação relativa brasileira no FMI, de aproximadamente 5%, é fruto, da integralização de quotas, em 2011, por parte do Brasil no valor total de SDR 1.214,4 milhões, elevando o seu total de quotas para SDR 4.250,5 milhões, ou 1,79%, e seu poder de voto para 1,72% do total de votos.

Todavia quando a comparação é feita com os números de 31/12/2014, percebe-se que houve uma redução nos valores, que era de 55,82% e passou a ser de 55,54%. Essa alteração foi decorrente do aumento da participação relativa do Brasil na economia mundial, que é medida pela média dos últimos 5 anos. Não houve alteração nas quotas do Brasil, durante esse último período.

Meta quantificável ?

Não

- **Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade**

Análise Situacional da Meta

Foco nos investimentos como forma de aumentar a competitividade é parte essencial da estratégia de desenvolvimento do país. Todavia, é importante ressaltar que a queda do preço das commodities, o modesto crescimento da economia mundial e incertezas domésticas influenciam a dinâmica da economia brasileira. No terceiro trimestre de 2015 com dados dessazonalizados, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a formação bruta de capital fixo caiu 4%, perfazendo nove trimestres seguidos de queda. Na comparação do acumulado de quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, sob a ótica da oferta agregada, a agropecuária continua apresentando taxas de crescimento positivas com alta de 2,1% em setembro de 2015. Ainda sob o prisma setorial, na mesma base de comparação, constata-se que os setores de Serviços e Indústria caíram 1,6% e 4,7% respectivamente. Pela ótica da demanda agregada, também na comparação do acumulado em quatro trimestres findos no terceiro trimestre de 2015 em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores, o consumo das famílias diminuiu 1,8%, e o consumo da administração pública também apresentou queda (0,4%). As exportações apresentaram elevação de 0,1%, beneficiadas pelo câmbio mais depreciado, enquanto as importações caíram 10,4%.

O Governo lançou em 24 de junho de 2015 o Plano Nacional de Exportações (2015-2018), o qual integra a política comercial brasileira, com vistas a estimular a retomada do crescimento econômico, a diversificação e a agregação de valor e de intensidade tecnológica nas exportações. O objetivo primordial é fomentar as vendas de bens e serviços ao exterior, com foco na sua ampliação, diversificação, consolidação e agregação de valor e de intensidade tecnológica, tendo sido identificado cinco pilares estratégicos de atuação: 1) Acesso a mercados; 2) Promoção comercial; 3) Facilitação de comércio; 4) Financiamento e garantia às exportações; e 5) Aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários de apoio às exportações.

Foi lançada também a segunda etapa do Programa de Investimento em Logística (PIL), dando continuidade ao processo de modernização da infraestrutura de transportes do país e atuando na estratégia de retomada do crescimento da economia. Estão previstos R\$ 198,4 bilhões em investimentos, sendo R\$ 69,2 bilhões entre 2015-2018 e R\$ 129,2 bilhões a partir de 2019. Os investimentos previstos são de R\$ 66,1 bilhões em rodovias, R\$ 86,4 bilhões em ferrovias, R\$ 37,4 bilhões em portos e R\$ 8,5 bilhões em aeroportos.

Outra iniciativa importante foi o Programa Banda Larga para Todos, que pretende levar a rede de fibra óptica a 90% dos municípios do País, contribuindo na redução das desigualdades regionais. Atualmente, menos da metade dos municípios brasileiros têm acesso a redes de fibra óptica. Estão previstos cerca de R\$ 27 bilhões em investimentos no programa

Obs.: Informações adicionais em anexo.

Meta quantificável ?

Não

- **Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Algumas medidas na área financeira tributária e creditícia foram adotadas em 2014:

A partir de dezembro/2015, o programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital) será descontinuado. Nos últimos 7 anos, o programa canalizou boa parte dos R\$ 455 bilhões injetados pelo Tesouro Nacional no BNDES e foi muito relevante para alavancar os investimentos da economia neste período. Ademais, o BNDES propiciou linhas de acesso com melhores condições de crédito no FINAME, linha mais tradicional para financiar bens de capital.

Manutenção da redução à zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital; e da desoneração permanente do IPI sobre caminhões e bens de capital, e material de construção.

Estímulo à inovação tecnológica como instrumento indutor do aumento da competitividade da indústria nacional. Em 2015, o novo marco legal da inovação tecnológica foi discutido e consolidado por meio do PLC 77/2015, objetivando estimular a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica no desenvolvimento de projetos que permitam o surgimento de produtos e processos inovadores; redefinir e priorizar incentivos; definir diretrizes simplificadoras que possam modificar a dinâmica operacional, e, assim, avançar no fomento à inovação tecnológica para o desenvolvimento econômico.

Redução dos custos da produção: O Governo Federal implementou diversas medidas de incentivo à produção e melhoria da competitividade da economia. As medidas foram fundamentadas na redução de custos produtivos, com destaque para as ações de desoneração tributária. A propósito, destaca-se a desoneração da folha de pagamentos e a definição de condições tributárias diferenciadas para a incidência de tributos federais sobre determinados bens e atividades, a exemplo dos regimes especiais de tributação e da alteração do arcabouço de tributação do PIS/COFINS e do IPI, com o intuito de estimular a atividade produtiva. As diretrizes de política industrial e de mercado de capitais, implementadas no âmbito da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13,043, de 13 de novembro de 2014, ratificam a orientação estratégica do governo quanto a definição de condições para dinamizar a atividade produtiva, o ambiente de negócios e as relações de mercado e, por conseguinte, para aumentar o potencial de crescimento de longo prazo da economia doméstica.

Obs.: Informações adicionais no arquivo anexo.

Meta quantificável ?

Não

• Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN

Análise Situacional da Meta

Em 2015, o nível de inflação refletiu, em grande parte, os efeitos de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia – o realinhamento dos preços administrados por contrato (“preços administrados”) em relação aos chamados “preços livres” (variação do IPCA excluindo os preços administrados) e o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais –, observados desde o final de 2014 e que se estenderam ao longo de 2015. Esses processos mostraram-se mais prolongados e mais intensos que o inicialmente previsto, criando importantes desafios à condução da política monetária. Esses ajustes de preços fizeram com que a inflação se elevasse em 2015, atingindo 10,67%, ultrapassando, portanto, o limite superior do intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais (p.p.) acima da meta de 4,5% ao ano (a.a.), estabelecida pelo CMN.

Ao tempo em que reconhece que esses ajustes de preços relativos tiveram impactos diretos sobre a inflação, o Banco Central reafirmou ao longo do ano a sua visão de que a política monetária poderia conter os efeitos de segunda ordem deles decorrentes. Embora outras ações de política macroeconômica possam influenciar a trajetória dos preços, cabe especificamente à política monetária manter-se especialmente vigilante, para garantir que pressões detectadas em horizontes mais curtos não se propaguem para horizontes mais longos. Coerente com essa postura, o Banco Central iniciou, ainda no segundo trimestre de 2013, ciclo de aperto monetário que alcançou 450 pontos base até o final de 2014. Essa postura de política monetária continuou em 2015, totalizando 700 pontos base (p.b.).

Dessa maneira, especificamente ao longo de 2014 e de 2015, as decisões de política monetária foram tomadas com o objetivo de evitar que o impacto de curto prazo dos já mencionados processos de ajustes de preços relativos na economia fosse transmitido para horizontes mais longos. Assim, a política monetária manteve-se ativa para conter os

efeitos de segunda ordem resultantes desses processos.

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

10,67 %

Data de Referência

31/12/2015

• **Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização**

Análise Situacional da Meta

Entre os anos de 2012 a 2014, o nível de enquadramento permaneceu sempre acima de 99%, como já informado detalhadamente em anos anteriores.

Para 2015, analisando os valores aferidos no período de dezembro de 2014 a outubro de 2015, vemos que o indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou resultado de 99,87% de enquadramento para a data-base outubro/2015*. Analisando o indicador mensalmente, vemos que ele teve desempenho superior à meta de 98,8% em todo o período, oscilando entre 99,67% e 99,99%.

No período, tivemos uma média mensal de 23 instituições desenquadradas que, somadas, representavam um patrimônio inferior a R\$ 247 milhões de um total médio de R\$ 242 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível consolidado para todo o SFN no período analisado. O segmento bancário teve média mensal de duas instituições desenquadradas, enquanto o não bancário teve média de 21 instituições desenquadradas.

Conclui-se, assim, ser bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo da iniciativa que é assegurar a solidez do SFN.

* O índice é calculado mensalmente conforme a data-base em que os elementos necessários para seu cálculo estão disponíveis. Assim, o valor informado para um determinado mês utiliza dados contábeis do segundo mês anterior, em função do prazo que as instituições têm para remeter o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) e da garantia de representatividade dos dados na data do processamento.

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

99,87 %

Data de Referência

31/10/2015

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Visando a aumentar a eficiência econômica, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) se manifesta sobre a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial. A Secretaria trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes ou propostas com o intuito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência. Este Objetivo também abrange outras três grandes áreas de atuação: (1) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; (2) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e (3) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

Em 2015, o MF continuou a se manifestar para aperfeiçoar as medidas de regulação apresentadas pelas agências reguladoras, com destaque para os setores de transportes, energia, telecomunicações, saúde, e também de prêmios e sorteios.

Metas 2012-2015

• Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais

Análise Situacional da Meta

No ano de 2015, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) acompanhou 625 eventos, compreendendo a análise de 622 processos de promoções comerciais e 3 processos de homologação de loterias. Este bom resultado, que representa 104% da meta de 600 eventos prevista para todo o ano, deveu-se à manutenção do volume de promoções comerciais realizadas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras. Com isso, o somatório no período 2012-2015 chegou a 3719 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, o que equivale a 155% da meta estipulada para o quadriênio, que era de 2.400 eventos.

Quantidade alcançada: 625 (2015) + 3.104 (acumulado 2012/2013/2014) = 3.719

Data de Referência: 31/12/2015

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

3.719 Eventos

Data de Referência

31/12/2015

• Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas

Análise Situacional da Meta

Em 2015, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) realizou 432 manifestações. O número alcançado constitui um excelente resultado, considerando a estimativa de 75 manifestações para o ano. Tal resultado, que praticamente repete aquele alcançado no ano anterior, deveu-se, mais uma vez, à vigência da Lei nº 12.529/11, a qual notoriamente intensificou as atribuições da Seae/MF na área da regulação econômica. Com isso, o somatório no período 2012-2015 é de 1.541 manifestações sobre regulação de atividades econômicas, contra uma estimativa de 300 manifestações para o quadriênio. Cumpre destacar, novamente, a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que as manifestações exaradas pela Secretaria dependem do número de medidas publicadas pelas agências reguladoras.

Quantidade alcançada: 432 (2015) + 1.109 (acumulado 2012/2013/2014) = 1.541

Data de Referência: 31/12/2015

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

1.541 Manifestações

Data de Referência

31/12/2015

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2015, a CAIXA contribuiu com a superação dos resultados das iniciativas de disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) e de viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de Baixa Renda.

Relativamente primeira iniciativa, a CAIXA executou o valor de R\$ 166.842.222, 12, alcançando 122,4% da meta previamente estipulada. Tal ação está inserida na estratégia da empresa, seja no âmbito corporativo, com a consecução do objetivo empresarial “desenvolver novos negócios”, seja no âmbito tático, quando da inserção da meta compactuada nos sistemas de acompanhamento das metas negociais da rede de atendimento (Caixa Realiza). Outra ação adotada que serviu como facilitadora da consecução da iniciativa foi a inserção dos produtos de seguridade no pacote de valor (produtos) ofertado ao cliente quando do início do relacionamento com a CAIXA (CCCS - A saber: Cartão, CROT Cheque especial, Crédito e Seguridade) .

Já a segunda iniciativa, a CAIXA executou o valor de R\$ 8.359.190,46, com a abertura de 536.878 contas para população de baixa renda. Este público é prioritário nas estratégias corporativas da empresa, correspondendo a 60% da base total de clientes. Desta forma, a CAIXA atuou como propulsor da inclusão financeira desta parcela da população, parceira nas conquistas facilitadas pela aquisição do crédito com as melhores taxas e educadora nas questões financeiras.

Foram realizadas ações para capacitação de pessoas de baixa renda destacam-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.

Em relação à disponibilização de produtos complementares à população baixa renda, caso cumprida a meta planejada para o ano 2015, será superada a meta planejada para todo o período do PPA 2012-2015.

No ano de 2014, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R\$ 131.576.372,00, alcançando 86,44% da meta financeira prevista de R\$ 152.223.177,00, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

A seguir detalhamos a quantidade física e o financeiro realizado no ano 2014.

•Quantidade Física

Produto Seguro -- janeiro/dezembro = 1.026.468

Produto Previdência -- janeiro/dezembro = 3.123

•Realizado Financeiro

Produto Seguro -- janeiro/dezembro = R\$131.264.072

Produto Previdência -- janeiro/dezembro = R\$ 312.300

03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010. Responsável: CAIXA

Em 2014, foram abertas 928.742 com o investimento financeiro de R\$ 18.574.840. A execução equivale a 62% da meta financeira de 2014.

04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da estratégia negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Responsável Banco do Brasil

Os números abaixo retratam a atuação do BB (posição novembro/2014):

- Quantidade de Planos de Negócios DRS ativos: 1.517

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios: 695.925;

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais: 200.812;

- Percentual de Beneficiários DS c/ operações de Negócios Sociais: 28,86%.

Os Planos de Negócios DRS ativos são conduzidos por 1.358 agências BB e 34 Postos de Atendimento Avançados – PAA, totalizando 1.392 dependências distribuídas em todos os estados brasileiros.

Desempenho Financeiro alcançado: Não há metas físico-financeiras atreladas às Medidas Institucionais.

Ainda em 2014, foram abertas pela Caixa 928.742 contas correntes Caixa Fácil, o equivalente a 62% do previsto para o ano, volume inferior a 2013 (96%). Após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência do cliente para a opção poupança Caixa Fácil, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. A quantidade prevista em número de contas correntes a serem abertas anualmente, é de 1.500.000 (contas 023). Em contrapartida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças da modalidade.

Nesse sentido, está em análise pelo Ministério do Planejamento a solicitação de alteração do nome da iniciativa para “Viabilizar a abertura de conta de depósito simplificada corrente e poupança para pessoas de baixa renda”, visto que a conta simplificada de poupança é instrumento igualmente importante para a bancarização e inclusão financeira.

Por sua vez, da parte do Banco do Brasil (BB), são realizados negócios sociais junto aos beneficiários da Estratégia Negocial DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável. Negócios Sociais são iniciativas economicamente rentáveis que buscam soluções para problemas sociais, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas, de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

A atuação do BB é realizada por meio de soluções aderentes e adaptadas a programas sociais do Governo nos quais o Banco é agente executor, tais como: FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), MCMV (Minha Casa Minha Vida), MPO (Microcrédito Produtivo Orientado), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e BB Crédito Acessibilidade, integrando e otimizando os esforços da Rede de Agências em prol dos Negócios Sociais, em conjunto com a estratégia DRS, além de estratégias específicas de atuação territorial com foco nos centros urbanos, nas oportunidades dos grandes eventos esportivos, parcerias em desenvolvimento sustentável com governos, empresas e entidades.

Em 2014, havia 695.925 beneficiários da estratégia DRS, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais.

O Banco do Nordeste, por sua vez, contribui para a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros através de seus dois programas de microcrédito: Crediamigo, atendendo às necessidades de microcrédito urbana e o Agroamigo voltado ao atendimento das necessidades de financiamento dos agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Metas 2012-2015

• Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira

Análise Situacional da Meta

Iniciativa 03OA - Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas. Responsável: CAIXA

Não há meta financeira cadastrada no SIOP. Entretanto, foram realizadas ações para capacitação de pessoas de baixa renda destacam-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.

Iniciativa 03OB - Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população. Responsável: CAIXA

Em 2014, foi solicitada a exclusão da iniciativa 03OB devido o produto utilizar recursos da exigibilidade, vez que este já está contemplado na iniciativa 04FT, do programa 2071, que tem meta vinculada ao microcrédito produtivo orientado.

Iniciativa 03OC - Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes. Responsável: CAIXA

Em relação a iniciativa 03OC, que disponibiliza produtos complementares à população baixa renda, caso cumprida a

meta planejada para o ano 2015, será superada a meta planejada para todo o período do PPA 2012-2015.

No ano de 2014, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R\$ 131.576.372,00, alcançando 86,44% da meta financeira prevista de R\$ 152.223.177,00, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

A seguir detalhamos a quantidade física e o financeiro realizado no ano 2014.

•Quantidade Física

oProduto Seguro -- janeiro/dezembro = 1.026.468

oProduto Previdência -- janeiro/dezembro = 3.123

•Realizado Financeiro

oProduto Seguro -- janeiro/dezembro = R\$131.264.072

oProduto Previdência -- janeiro/dezembro = R\$ 312.300

03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010. Responsável: CAIXA

Após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência do cliente para a opção poupança Caixa Fácil, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. A quantidade prevista em número de contas correntes a serem abertas anualmente, é de 1.500.000 (contas 023). Em contra partida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças da modalidade.

Nesse sentido, está em análise pelo Ministério do Planejamento a solicitação de alteração do nome da iniciativa para “Viabilizar a abertura de conta de depósito simplificada corrente e poupança para pessoas de baixa renda”, visto que a conta simplificada de poupança é instrumento igualmente importante para a bancarização e inclusão financeira.

04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da estratégia negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Responsável Banco do Brasil

Os números abaixo retratam a atuação do BB (posição novembro/2014):

- Quantidade de Planos de Negócios DRS ativos: 1.517

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios: 695.925;

- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios, detentores de operações que compõe o portfólio de Negócios Sociais: 200.812;

- Percentual de Beneficiários DS c/ operações de Negócios Sociais: 28,86%.

Os Planos de Negócios DRS ativos são conduzidos por 1.358 agências BB e 34 Postos de Atendimento Avançados – PAA, totalizando 1.392 dependências distribuídas em todos os estados brasileiros.

Desempenho Financeiro alcançado: Não há metas físico-financeiras atreladas às Medidas Institucionais.

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

150.151.212

Data de Referência

31/12/2014

Iniciativas

- **03OC - Disponibilizar um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes**

Individualizada: Não

Financiamentos Extraorçamentários

- Previdência e seguros - Caixa

Valor Executado

166.842.222,12

Observação

No ano de 2015, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R\$ 166.842.222,12, alcançando 122,40% da metafinanceira prevista de R\$ 159.834.336,69, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

• **03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010**

Individualizada: Não

Financiamentos Extraorçamentários

- Articular iniciativas das Instituições Financeiras Federais (Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e CAIXA) que possibilitem o acesso da população de baixa renda a produtos e serviços financeiros é fundamental para cobrir lacunas de atendimento aos segmentos de baixa renda, trabalhadores informais e/ou geograficamente remotos. A inclusão social, também, está relacionada com o acesso a produtos e serviços bancários para pessoas de baixa renda, pois, o acesso ao Sistema Bancário reforça no cidadão de baixa renda o sentimento de cidadania e de pertencimento social. Os produtos básicos destinados às pessoas de baixa renda pelos Bancos Federais são:

Conta Corrente: Para movimentação mensal inferior a R\$ 2,0 mil e crédito rotativo de até R\$ 2 mil (Resolução BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010). A conta corrente permite aos cidadãos de baixa renda a realização de compras com cartão de débito e, também, o reconhecimento no mercado por meio do cartão magnético, com acesso aos serviços bancários, tais como: saque, saldo, extrato, depósito e débito. Além disso, a conta dispõe de tarifas reduzidas e tem um pacote de serviços gratuito

Crédito: Os bancos federais liberam linhas de crédito para população de baixa renda, com taxas máximas de juros de 2% ao mês, sem destinação específica. Os produtos são variados, tais como: operações parceladas, créditos rotativos e até empréstimos com garantia de jóias.

Produtos Complementares: Consórcio, Seguro e Previdência Privada: Esses produtos possibilitam ao cidadão de baixa renda o acesso a produtos que complementam seu consumo, dão segurança e estabilidade para a família.

Educação Financeira: Como o público-alvo desconhece o funcionamento do sistema, pois esteve fora do sistema bancário, é necessário ao sucesso dessa política pública de inclusão social, que os cidadãos sejam capacitados no funcionamento básico da conta bancária, do crédito e no uso das ferramentas de gestão financeira, por meio de orientações presenciais ou por intermédio de material impresso, especialmente formatado para a finalidade de informar os entrantes no sistema financeiro do funcionamento da conta, do crédito e dos produtos complementares. A capacitação do cidadão incluído no sistema bancário é necessária, inclusive, pela responsabilidade social das instituições financeiras

Valor Executado

8.359.190,46

Observação

No ano de 2015 foram abertas 536.878 com o investimento financeiro de R\$ 8.359.190,46.

Ainda no ano de 2015 foram abertas o total de 3.041.101 Poupanças CAIXA Fácil com investimento financeiro de R\$ 68.546.416,54, sendo o produto complementar à conta CAIXA Aqui.

O total representa R\$ 76.905.607,00 de investimento financeiro superando a meta estipulada.

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No quadriênio 2012-2015 a CVM conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de

supervisão baseada em risco, conforme Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo de supervisão, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação. Entre os anos de 2012 e 2014, as ações preventivas de supervisão foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos nos Planos Bienais 2011-2012 e 2013-2014. Em virtude de sua importância, algumas das ações temáticas realizadas nos anos de 2013 e 2014 foram incorporadas no Plano 2015-2016, que também contemplou as atividades de acompanhamento das operações realizadas no mercado, abrangendo a apuração de indícios de irregularidades e a supervisão sobre a distribuição pública de valores mobiliários, concentrada na fase pós-concessão de registro e nas ofertas com esforços restritos relativas à Instrução CVM nº 476/09.

A respeito das atividades de regulamentação, merece destaque a edição de mais de 50 normativos destinados à modernização do arcabouço regulatório do mercado de valores mobiliários, com destaque para as seguintes Instruções: 521, 522, 523, 541, 542, 543, 544, 547, 548, 558, 561, 567, 568 e 569.

No âmbito das emissões de valores mobiliários, a oferta pública inicial de ações da BB Seguridade Participações S/A foi a maior do mundo em 2013, no valor aproximado de R\$ 11,5 bilhões. No quadriênio, merece registro o crescimento das ofertas de títulos do agronegócio. Tal evolução demonstra a importância do mercado de capitais para o financiamento desse relevante setor da economia brasileira. Outros destaques importantes são os registros de ofertas de debêntures, R\$ 3,7 bilhões em 2014 e R\$ 20,6 bilhões em 2015 e a quantidade de dispensas de registro de emissões de Contratos de Investimento Coletivo – CIC relativos aos “condo-hotéis”, que passou de R\$ 1,1 bilhão em 2014 para R\$ 2,1 bilhões em 2015. Cumpre salientar o acréscimo no número de registros de Ofertas Públicas de Aquisição de Ações (OPA) nos últimos anos, inclusive para cancelamento de registro de emissor em função do ambiente econômico.

No período 2012-2015, a CVM aprofundou significativamente sua atuação relacionada à promoção da educação financeira. Logo no primeiro ano do quadriênio, a entidade inaugurou o seu ambiente virtual de aprendizagem. A CVM também ampliou a sua presença educacional nas redes sociais, com o lançamento do canal CVM Educacional no YouTube e no Facebook. Em 2013, a CVM lançou o livro “Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro”. A obra foi disponibilizada ao público de forma gratuita no Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br) e no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br). Outra obra lançada pela CVM no ano, em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, foi o 5º Boletim de Proteção do Consumidor/Investidor, intitulado “O Acionista e o Direito à Informação” com orientações gerais sobre as informações que as companhias abertas devem divulgar ao mercado e à sociedade. Ainda no âmbito da proteção do investidor, a Instrução CVM nº 529 tornou obrigatório o estabelecimento de serviços de ouvidoria pelas instituições participantes do mercado de valores mobiliários. Em 2014, foi realizada a 1ª Semana Nacional de Educação Financeira (www.semanaenef.gov.br) e oferecidas gratuitamente ao público 170 iniciativas educacionais, como palestras, cursos, premiações e atividades por meio eletrônico. A CVM também lançou a 3ª edição eletrônica do livro “Mercado de Valores Mobiliários”, além de um novo livro: “Relações com Investidores – Da pequena empresa ao mercado de capitais”, em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI). Novos canais de interação foram desenvolvidos ou ampliados, com destaque para o aplicativo para celulares CVM Educacional, Na mesma linha foi lançado o primeiro concurso de posts e vídeos em redes sociais (Meu Pé-de-Meia), alcançando aproximadamente 140 mil pessoas. Também foi desenvolvido um guia em linguagem simples e direta sobre planejamento financeiro. A atuação presencial foi intensificada, em especial na 2ª Semana ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), com 36 palestras e eventos promovidos pela Autarquia, atingindo 4.500 cidadãos em diversas cidades do País. Visando melhor conhecer o perfil e necessidades dos investidores, foram desenvolvidas as primeiras pesquisas junto a um cadastro de cidadãos voluntários. A CVM firmou novas parcerias com instituições de pesquisa e ensino e integrou grupo de trabalho multissetorial voltado ao estudo do abuso financeiro contra maiores de 50 anos. Dois eventos específicos foram realizados, além de uma publicação voltada a esse grupo. Por

fim, a CVM organizou a 3ª edição da Conferência Internacional de Educação Financeira e Comportamento do Investidor, com a presença de mais de 20 especialistas brasileiros e internacionais com mais de 900 inscrições, de todo o mundo.

Em termos de relações internacionais, no quadriênio a CVM participou ativamente do Financial Stability Board (FSB), órgão criado pelo G20 e dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO). Em 2013 foram iniciadas as atividades do Comitê 8 da IOSCO, sobre educação de investidores e sob a coliderança da CVM. Ainda, a Comissão Europeia considerou a regulação da CVM que trata dos auditores independentes no Brasil em linha com as regras vigentes na União Europeia (UE). Esta equivalência permitiu que países membros atenuassem a aplicação de certas provisões de registro e supervisão de auditores brasileiros que emitam parecer relativo a demonstrações financeiras preparadas por entidades sediadas fora da UE e cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação em mercados regulados em um país. Quanto à aderência aos princípios globais definidos pela IOSCO, as práticas de regulação do mercado de valores mobiliários são avaliadas a cada cinco anos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Na avaliação realizada em 2012, num total de 37 princípios, a CVM teve 31 considerados como total ou amplamente implementados, o que demonstra a adoção, pelo Brasil, dos melhores padrões internacionais. Em 2014 a CVM conseguiu um assento no Monitoring Board da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS). No segundo semestre do ano, a CVM sediou, no Rio de Janeiro/RJ, a 39ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO). Em 2015, no âmbito da IOSCO, destacou-se a participação da CVM no Review Team que realizou o processo de Revisão Temática da Regulação dos Money Markets Funds (MMF), conduzido sob a égide do Assessment Committee (AC), em consonância com as diretrizes do FSB relativas ao tema Shadow Banking. Ainda no âmbito da IOSCO, a CVM sediou as reuniões do Policy Committee 2 (C2), que trata de mercado secundário, e do Committee on Emerging Risks (CER).

No âmbito sancionador, em 2012 a CVM instaurou ao todo 84 processos. Nesse mesmo período, 35 processos sancionadores foram julgados pela entidade. Adicionalmente, 17 processos sancionadores ou procedimentos investigativos foram encerrados por meio de celebração de Termo de Compromisso. No que diz respeito ao resultado dos julgamentos, registrou-se em 2012 uma elevação do número de multas, suspensões e inabilitações aplicadas. Foram aplicadas 112 multas, 10 advertências e cinco inabilitações. Em 2013 a CVM instaurou 116 processos. Destes, 56 foram julgados pelo Colegiado e cinco pelas Superintendências. Adicionalmente, 32 processos sancionadores foram encerrados por meio de celebração de termo de compromisso e outros quatro processos foram arquivados, por ausência de elementos suficientes de autoria e materialidade. Quanto ao resultado dos julgamentos, registrou-se, em 2013, um aumento do número de multas (132) e uma redução do número de absolvições (102). Assim como em 2012, ocorreu uma elevação das sanções aplicadas: 123 em 2012 versus 182 em 2013. Ademais, houve um acréscimo no número de Termos de Compromisso aprovados pelo Colegiado, passando de 44 em 2012 para 46. Em 2014 a CVM instaurou 86 processos. No mesmo período, o Colegiado da entidade julgou 42 processos, que resultaram na aplicação de 128 multas, 16 advertências e cinco inabilitações. Outros 19 processos sancionadores / procedimentos investigativos foram encerrados por meio de Termos de Compromisso. No ano foram aceitas 39 propostas de Termo de Compromisso. Em 2015 a CVM instaurou 89 processos sancionadores e 58 processos (rito ordinário e sumário) foram julgados. Dos 139 acusados punidos, 100 foram multados, 20 advertidos, nove inabilitados, um suspenso e nove proibidos temporariamente de atuar. Adicionalmente, foram aplicadas 152 multas no valor total de R\$ 207,8 milhões. No ano, dois inquéritos administrativos foram arquivados por ausência de elementos suficientes de autoria e materialidade, e 23 processos sancionadores e procedimentos investigativos foram encerrados por meio de Termo de Compromisso, envolvendo 79 proponentes e a arrecadação de R\$ 15,4 milhões.

Metas 2012-2015

- **Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976,**

objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco

Análise Situacional da Meta

No quadriênio 2012-2015, a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional – CMN. No período, foram editados dois Planos Bienais (2013-2014 e 2015-2016) e oito Relatórios Semestrais (referentes às atividades desenvolvidas no 2º semestre de 2011; 1º e 2º de 2012; 1º e 2º de 2013; 1º e 2º de 2014; 1º de 2015). Com isso, a meta estabelecida no Plano Plurianual foi integralmente alcançada. Os Planos Bienais e os Relatórios Semestrais podem ser acessados em

http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/planos/sbr/sbr.html

Meta quantificável ?

Não

- **Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alcançada mediante o desenvolvimento de uma série de atividades entre os exercícios de 2012 e 2015. Ao longo de 2012, a Assessoria de Análise e Pesquisa da CVM iniciou pesquisa relacionada a metodologias de AIR – Análise do Impacto Regulatório/CBA – Cost-benefit Analysis. O tema também foi debatido em reuniões realizadas com os membros do Colegiado, da Superintendência-Geral e da Superintendência de Planejamento. Ao final de 2012, foi estabelecido um plano de trabalho para o exercício de 2013, compreendendo as seguintes etapas: (i) levantamento das diferentes visões existentes sobre AIR, quanto aos seus objetivos gerais e específicos; (ii) levantamento das alternativas existentes quanto ao escopo das análises, bem como a extensão e aplicabilidade da análise; e (iii) elaboração de diferentes alternativas de inserção da AIR dentro do processo decisório na CVM. Em 2013, além do cumprimento do plano de trabalho, foi realizado estudo de impacto regulatório que subsidiou a tomada de decisão pelo órgão Colegiado da CVM. A partir de 2014, a realização de estudos dessa natureza passou a integrar de forma ordinária o plano de trabalho da Assessoria de Análise e Pesquisa da entidade, com a previsão de realização de ao menos um estudo por ano.

Meta quantificável ?

Não

- **Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos**

Análise Situacional da Meta

A meta de realizar a supervisão de companhias de capital aberto, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um modelo de supervisão baseada em risco foi integralmente cumprida no quadriênio 2012-2015. As atividades foram realizadas com base nos Planos Bienais 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016. Os Planos Bienais e os Relatórios Semestrais com as atividades desenvolvidas podem ser acessados em

http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/planos/sbr/sbr.html

Meta quantificável ?

Não

- **Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida mediante o desenvolvimento de uma série de atividades entre os exercícios de 2012 e 2015, dentre as quais se destacaram: o mapeamento do processo sancionador; a identificação de gargalos no processo; o estudo de soluções para os gargalos identificados; a definição de indicadores; o estabelecimento de metas. Os

indicadores passaram a ser monitorados trimestralmente a partir de 2015 e consideram o tempo médio de tramitação dos processos julgados no período. No primeiro trimestre, o resultado foi de 4,4 anos; no segundo, de 4,2; no terceiro, de 3,9; no quarto, de 3,5. Com base nesses resultados, pode-se considerar que a meta estabelecida no âmbito do Plano Plurianual foi integralmente alcançada.

Meta quantificável ?

Não

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Os segmentos de mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar privada aberta apresentaram um bom desempenho ao longo do período. A expectativa do mercado supervisionado pela Susep aponta para uma receita total superando R\$ 215 bilhões e ativos totais superando R\$ 780 bilhões no período. Estão em atividade 113 sociedades seguradoras, 125 resseguradores, 18 sociedades de capitalização, 23 entidades abertas de previdência complementar, 26 corretores de resseguros e mais de 96 mil corretores de seguros.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

O período de aferição da meta se iniciou em 01/01/2012, com término em 30/12/2015. Porém, apuramos de 2012 a 2015 (exclusive dezembro de 2015). Verificou-se um crescimento nas provisões técnicas de R\$ 344 bilhões, para R\$ 652 bilhões. Isso representa, em termos percentuais, uma expansão real de 44,79%, quando considerado o IPCA acumulado de 30,75%, significando que eventuais comprometimentos no crescimento econômico ou na rentabilidade dos fundos de investimentos não trarão problemas para o atendimento da meta de aumento de 30%, no valor das provisões entre 2012 e 2015. Os valores referentes ao Resseguro não foram incluídos para evitar duplicidade, dado que a maior parte desses valores é decorrente de repasses das seguradoras nacionais.

A maior parcela do crescimento das reservas é representada pelas contribuições dos participantes dos planos de previdência. Estas contribuições são quase que integralmente adicionadas ao saldo das provisões técnicas, tendo em vista a baixa conversão em benefícios ou resgates no atual estágio de desenvolvimento dos mercados previdenciários. Outra parcela (menos representativa) do crescimento refere-se à capitalização atuarial das reservas, ou seja, reflete a taxa de juros contratual e a própria rentabilidade dos fundos em que os recursos são aplicados.

A série histórica do IPCA foi obtida no site do Banco Central.

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

44,79 %

Data de Referência

30/11/2015

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de

Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A concessão de garantia de cobertura pela União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para viabilizar operações de crédito à exportação de micro, pequenas e médias empresas sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de SCE, concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos. Em 2013, foram aprovados US\$ 9.060.987.992,00 em garantia.

Ainda em 2013, foi concluído e aprovado o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque foi aprovado em meados de 2014.

No primeiro semestre de 2014 foram aprovados cerca de US\$ 421 milhões em garantia. Nesse período, não houve operações garantidas utilizando o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque, aprovado em 2013. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque ainda estava sob análise jurídica pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Em julho de 2014, a SAIN promoveu a contratação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados. A ABGF substituiu a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE nesse papel.

No exercício de 2014 foram aprovados cerca de US\$ 2,1 bilhões em garantias.

O exercício de 2015 terminou com a aprovação de US\$ 4.590.035.805 em garantias. Em julho desse ano foram aprovadas as primeiras coberturas de Seguro de Crédito à Exportação para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) na modalidade pós-embarque. Em 31/12/2015 a exposição do FGE para esse tipo de operação era de US\$ 11.042.988, tendo sido beneficiados 23 exportadores no segmento MPME.

Em 2015 foi feita alteração nas alçadas de aprovação para conferir mais agilidade a operações com MPME (Portaria SAIN nº 76/2015). Também foi concluída nesse ano a primeira operação com sindicalização bancária coberta pelo Seguro de Crédito à Exportação - SCE, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação - FGE, aumentando assim o número de bancos privados financiando operações de exportação cobertas pelo SCE/FGE de 1, em 31/12/2012, para 4, em 31/12/2015.

Em 2015 houve ainda a promulgação da Medida Provisória nº 701, que alterou a redação das leis nº 6.704/79, nº 9.818/99, nº 11.281/06 e nº 12.712/12, bem como do Decreto-Lei nº 857/69. As alterações tiveram por objetivo ampliar o rol de beneficiários do Seguro de Crédito à Exportação, de forma a favorecer as exportações brasileiras, alinhar às práticas das Agências de Crédito à Exportação estrangeiras, ampliar a cobertura da União para as operações com produtos agrícolas destinadas ao preenchimento das cotas tarifárias para mercados preferenciais, dispensar a União de recuperar créditos, pela via judicial, quando isso se mostrar jurídica e economicamente inviável - evitando despender ainda mais recursos, entre outras.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado**

Análise Situacional da Meta

Essa meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação. Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas. Sobre a confecção desse novo certificado, registra-se que houve novos entendimentos com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que sugeriu aprimoramentos ao produto. Algumas das sugestões da Febraban foram incorporadas à minuta do certificado e foram analisadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O certificado foi aprovado em junho de 2014.

No primeiro semestre de 2014 houve a publicação da Lei nº 12.995, de 18.06.2014, a qual altera dispositivo da Lei nº 9.818, de 23.08.1999, de forma a incluir o setor de defesa no âmbito de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação. Tal alteração foi realizada com o intuito de harmonizar as regras as quais se submete o setor de defesa com as dos demais setores atendidos pelo Seguro de Crédito à Exportação.

Ainda nesse semestre iniciou-se a elaboração de Certificado de Garantia de Cobertura para os riscos político e extraordinário em operações de exportação com prazo inferior a dois anos para cobertura em conjunto com seguradoras privadas e disponibilizou-se o produto para cobertura exclusivamente desses riscos.

O modelo para a fase pré-embarque do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas continua sob análise jurídica na PGFN.

No segundo semestre a garantia de cobertura para MPME nas modalidades pós-embarque, com ou sem financiamento bancário, e pré+pós-embarque, com financiamento bancário, passou a ser ofertada por meio do Sistema de Garantias Públicas (SGP).

Também no segundo semestre foi aprovada a cobertura de risco político e extraordinário para operações de exportação com financiamentos de prazo inferior a 2 anos. Essa cobertura já estava prevista em lei, mas ainda não havia sido implementada.

Com a publicação do Decreto nº 8.301, de 04.09.2014, foi facilitada a obtenção do Seguro de Crédito à Exportação pelas indústrias do setor de defesa com a redução das exigências de contragarantias, retirada da limitação do prazo máximo de financiamento, antes em 4 anos, e ampliação da possibilidade dessas exportações serem financiadas também por bancos privados.

Em 2015 foi aprovada a primeira operação de exportação Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) com coberturas pelo Seguro de Crédito à Exportação na modalidade pós-embarque e foi feita alteração nas alçadas de aprovação para conferir mais agilidade a esse tipo de operação (Portaria SAIN nº 76/2015). Também foi concluída nesse ano a primeira operação com sindicalização bancária coberta pelo Seguro de Crédito à Exportação - SCE, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação - FGE, aumentando assim o número de bancos privados financiando operações de exportação cobertas pelo SCE/FGE de 1, em 31/12/2012, para 4, em 31/12/2015.

Em 2015 houve também a promulgação da Medida Provisória nº 701, que alterou a redação das leis nº 6.704/79, nº 9.818/99, nº 11.281/06 e nº 12.712/12, bem como do Decreto-Lei nº 857/69. As alterações tiveram por objetivo ampliar o rol de beneficiários do Seguro de Crédito à Exportação, de forma a favorecer as exportações brasileiras, alinhar às práticas das Agências de Crédito à Exportação estrangeiras, ampliar a cobertura da União para as operações com produtos agrícolas destinadas ao preenchimento das cotas tarifárias para mercados preferenciais, entre outras.

Meta quantificável ?

Não

- **Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre, foi finalizado o mapeamento do processo de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações – FGE, inclusive com a nova forma de recuperação de créditos privados, que poderá ser feito por intermédio da Advocacia-Geral da União (Portaria MF nº 256, de 11.05.2015).

O procedimento de recuperação existe e está em contínuo processo de aprimoramento. Os créditos privados são renegociados tanto por advogados contratados pela prestadora de serviços, com aval do Ministério da Fazenda, como por meio de parceria com a Advocacia-Geral da União. Os créditos públicos são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace).

Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via Seguradora (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE), recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e mesmo recuperação via Advocacia Geral da União.

No primeiro semestre de 2014 foi publicada a Portaria MF nº 272, de 01.07.2014, que institui a Sala de Situação. Composta por representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a Sala de Situação foi criada com o objetivo de permitir a análise célere de processos de agravamento de riscos, caracterização de sinistros, sub-rogação de créditos, adoção de ações judiciais e extrajudiciais de recuperação de créditos e de retomada de ativos, de reforma e recomercialização de ativos, em operações do setor aeronáutico garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação – SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

No caso de créditos privados do setor aeronáutico, será utilizada Sala de Situação específica a fim de agilizar a tomada de decisões nos casos de inadimplementos. Está havendo, inclusive a interação com escritórios de advocacia para melhor entendimento desse processo.

Conforme estabelece a Portaria Portaria MF nº 272, de 01.07.2014, os órgãos procederão à análise da situação e, dentro das respectivas competências e em caráter de urgência, praticarão os atos e proferirão as decisões necessárias e cabíveis para a solução das questões de interesse da União relativas aos processos supracitados, nas hipóteses de sinistros ou ameaças de sinistros decorrentes de riscos comerciais previstos no art. 2º do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001.

Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, posteriormente sucedida pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF) e recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). Nesse intuito, foi solicitada parceria com a Advocacia Geral da União – AGU.

Também nesse sentido foi publicada a Lei nº 12.995, de 18.06.2014, a qual altera dispositivo da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, de forma a permitir contratação direta de serviços de assessoramento jurídico, no exterior, a fim de realizar a cobrança judicial e extrajudicial desses créditos, dispensada licitação, quando o prestador dos serviços já tiver sido engajado na recuperação do crédito por meio de contrato firmado com instituição controlada pela União.

Em 31.12.2015 o volume de créditos em atraso permanecia em US\$ 21,9 milhões e o valor estimado de recuperação em de cerca de US\$ 11 milhões (50%).

Meta quantificável ?

Não

- **Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível**

Análise Situacional da Meta

As renegociações dos créditos oficiais brasileiros em atraso ocorrem no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, cuja Secretaria-Executiva esta a cargo do MF - SAIN. A remissão parcial de créditos externos e o reescalonamento dos prazos podem ser concedidos em consonância com Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais ou usando os parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originárias do Clube de Paris. Quando alcançado o entendimento bilateral entre o país devedor e o Brasil, a minuta de acordo é submetida à aprovação do COMACE. Uma vez aprovada, a minuta é encaminhada à PGFN em conjunto com a documentação pertinente à renegociação. A PGFN completa o processo com o seu parecer jurídico, para posterior encaminhamento à Presidência da República, que, por sua vez, submete as condições da renegociação da dívida à apreciação e aprovação do Senado Federal. Em sendo aceitas as condições do acordo bilateral pelo Senado, a PGFN, como representante do governo brasileiro no âmbito do pacto, firma com as autoridades do país devedor o acordo de renegociação.

Tendo como base o processo relatado, avalia-se que houve avanços nas negociações de todos os créditos oficiais brasileiros concedidos a devedores públicos, por meio do Finex, inadimplidos no passado. As negociações que estavam em fases iniciais evoluíram, bem como outras que já estavam em estágios finais foram concluídas, todas se aproximando do momento de submissão ao Senado Federal e posterior assinatura do contrato de reestruturação da dívida.

Meta quantificável ?

Sim

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2015